

## **AS DIMENSÕES DO CONCEITO DE TERRITÓRIO EM UM ESTUDO SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

**CAMILA TATIANE SILVEIRA ALVES<sup>1</sup>; LÍGIA CARDOSO CARLOS<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – alvescamila1998@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – li.gi.c@hotmail.com*

### **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho é fruto de uma dissertação de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas, na linha de pesquisa Educação Geográfica, Ensino de Geografia e Formação de Professores. A pesquisa tinha por tema a distorção entre as áreas de atuação e formação acadêmica de docentes do Ensino Fundamental II, considerando o território como fator de influência para essa condição. O desenvolvimento da pesquisa ocorreu entre os anos 2000 e 2022 no município de Canguçu/RS. Para a análise da distorção entre as áreas de formação e atuação dos docentes considerou-se alguns dos componentes curriculares da matriz curricular seguida pelo município. Portanto, o estudo contemplou: Matemática, Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências, Educação Física, Língua Estrangeira, Ensino Religioso e Arte.

O interesse pela temática resulta da continuidade de estudos desenvolvidos durante o período da graduação em Geografia e também está atrelado a inquietações, descobertas e curiosidades que atravessaram a trajetória da autora enquanto estudante e, posteriormente, inserida no papel de docente. Considerando o território enquanto fator chave para a análise realizada, a fundamentação teórica estava alicerçada em Nécio Turra-Neto (2015), Marcos Aurelio Saquet (2007) e Marcelo Lopes de Souza (2020).

É importante frisar que ao falar-se de território no âmbito da pesquisa realizada, são considerados tanto o aspecto da materialidade quanto o da imaterialidade. Nesse sentido, observou-se tanto o território em uma perspectiva de localização quanto o caráter de sua construção advinda de interesses, conflitos e negociações.

### **2. METODOLOGIA**

Para a viabilização do estudo foram utilizadas diferentes técnicas de coleta de dados. Entre elas o uso de documentos correlatos a índices da educação municipal e a realização de entrevistas com professores da rede de investigação. Optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas para que se conseguisse atingir o objetivo geral da pesquisa. A entrevista semiestruturada permitiu que se acrescentasse novos questionamentos que se tornavam essenciais para a compreensão de dados.

A análise dos dados foi realizada seguindo as categorias trabalho docente, formação de professores e território. Após a análise inicial, realizou-se um cruzamento das informações que gerou uma sistematização dos resultados no formato de mapas. Com as técnicas de coleta e análise do conteúdo obtido foi possível a identificação de alguns resultados que estão expostos na próxima seção.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao trabalharmos com o território enquanto categoria central de análise, revelou-se o esforço de observar o quanto este conceito está presente e atrelado com a distorção entre as áreas de formação e atuação de professores. Ainda nesse sentido, revelou-se as interferências que ele é capaz de produzir na formação e distribuição dos professores por escolas. Dessa forma, entende-se que o território é um elemento em constante relação com a docência e, por conseguinte, com a educação.

Por estarmos trabalhando com o conceito de território, se faz importante contextualizar o campo de estudos no que se refere ao recorte espacial da pesquisa. Em 2020, segundo o IBGE, o município do estudo – Canguçu/RS, possuía 3.526 km<sup>2</sup> de extensão territorial, encontrando-se subdividido em 5 distritos. A população estimada em 2021 era de 56.370 pessoas e a densidade demográfica era de 15,11 habitantes/km<sup>2</sup> em 2010. A rede municipal de ensino de Canguçu/RS possui 30 escolas de Ensino Fundamental completo, sendo que 25 estão localizadas na zona rural e 5 na zona urbana (SEDUC/2021).

Para a pesquisa, pode se entender que o conceito de território como uma “projeção espacial de uma relação de poder, (...), é no fundo, em si mesmo, uma relação social. Mais especificamente uma relação social diretamente espacializada” (SOUZA, 2020, p. 35). É possível alimentar esse pensamento como o de Turra-Neto (2015), visto que para o autor:

Território seria um tipo particular de ação, que articula a materialidade e sujeitos sociais em relação, tanto com esta materialidade, quanto entre si e com os outros. Território existe porque existe coexistência da diversidade num mesmo lugar, o que demanda negociação, diálogos, conflitos, forçando os diferentes grupos a se relacionarem com os outros pela demarcação de pedaços com sua identidade e, a partir destes estabelecer uma relação com a alteridade (TURRA-NETO, 2015, p. 56).

No âmbito escolar, isso é expresso nas narrativas que demonstraram o sentimento de posse ou pertencimento a algo e em contraste com aquilo que é de outros. Isso pode ser observado nas frases ditas por alguns dos entrevistados, como por exemplo: “minha escola”, “escola de fulano”, “minha turma”, “tua turma”, “nossos alunos”, “alunos da escola tal”. O interessante é que nessas frases cotidianas há relações sociais e de poder envolvidas, ainda que por vezes as disputas de poder não sejam tão visíveis. Referente a esse aspecto, é possível ilustrar as negociações de atuação em determinada escola ou turma que foram temas abordados pelos entrevistados. Dessa forma, não raro existem professores disputando uma lotação em alguma escola ou turma específica e isso acarreta numa série de tratativas com a própria Secretaria Municipal de Educação ou com quem faz a distribuição interna dos professores na escola e mesmo entre os candidatos, revelando uma disputa de poder pelo território docente. Em muitos casos, o estudo realizado indicou que a distorção entre as áreas de atuação e formação eram oriundas desses conflitos.

Por este ângulo, podemos observar que desde a distribuição dos docentes até a inserção destes na comunidade escolar está impregnada de relações e ações sociais, além de despertar nos indivíduos o sentimento de pertencimento com o seu local de trabalho, visto que para muitos docentes torna-se o seu segundo lar. Por isso, o território assume também a vertente da imaterialidade e não somente como sendo uma fração de terra que tem a função de delimitar espaços.

Ao usar o território como parte da construção da identidade do sujeito, há de se presumir que essa construção exige constantes disputas de poder. Sendo assim, Souza (2020, p. 78), entende que o território é em essência “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Contudo, essa aproximação primeira não deve ser compreendida como um conceito fechado, mas sim como o ponto de partida para um pensar reflexivo sobre o território. Fica evidente que o território e o poder são conceitos interligados, ou seja, não é coerente tentar dissociá-los. Dessa maneira, “não é apenas o território que só pode ser concebido, concretamente, com a ajuda da ideia de poder [...] também o poder só se exerce com referência a um território e, muito frequentemente, por meio de um território” (SOUZA, 2020, p. 87). Aprimorando a conceituação de território, em uma segunda aproximação o autor esclarece que os territórios são relações sociais projetadas no espaço enquanto campos de força e não propriamente espaços concretos.

Ao analisarmos a distribuição dos professores por escolas e a falta de compatibilidade entre a formação e a regência, foi possível identificar alguns movimentos que estavam associados com os aspectos materiais, como as distâncias que os docentes precisavam percorrer, fazendo com que o fenômeno da distorção ocorresse e se acentuasse em algumas escolas mais distantes do núcleo urbano. Todavia, com o decorrer do tempo algumas ações tornaram-se históricas e passaram a legitimar algumas disputas de poder, jogos de interesse e constantes relações sociais pelo território em questão, assumindo assim a faceta da imaterialidade. Nessa perspectiva, tem-se o entrelaçamento entre o apreço pela dimensão material e pelo caráter simbólico daquele território para o exercício da docência.

Com isso, o território teve um papel crucial enquanto uma categoria de análise no estudo, uma vez que ele conseguiu permear por todos os aspectos que envolveram a pesquisa, já que foi utilizado para analisar a distribuição dos docentes das séries finais do Ensino Fundamental, considerando sua área de profissionalização e área de atuação. Além disso, foi capaz de abranger as relações entre os sujeitos e destes com o próprio território e revelar o campo de forças que existe dentro da educação. Dessa forma, a pesquisa conseguiu dar visibilidade a uma situação que por vezes é ocultada por indicadores numéricos.

#### **4. CONCLUSÕES**

O território para este estudo foi fundamental para a compreensão do fenômeno que estava sendo investigado. Como respostas é possível registrar que o território é um agente influenciador para a acentuação do problema da desarmonia entre a área em que o professor é licenciado e aquela em que de fato atua nas salas de aula da rede investigada. Contudo, não é o único responsável, uma vez que existe uma hierarquia curricular que dificulta a organização dos professores em uma única instituição, especialmente se a escola não tiver muitas turmas de anos finais.

Ficou evidente com o desenvolvimento da investigação que há disputas de poder por atuação em determinada escola, seja por ser uma escola próxima a residência do profissional ou por estratégias de indicação. O que ficou explícito durante toda a pesquisa é o quanto o território ajuda a compreender os arranjos da distribuição dos professores por escola e o impacto dessa distribuição na distorção entre a formação e atuação desses docentes.

O estudo demonstra ainda que é plenamente possível aproximar o conceito de território com a área de formação de professores e com estudos envoltos na área da educação. O território configura um elemento importante para entendermos alguns movimentos educacionais em diferentes escalas de análise. Embora o estudo tenha sido desenvolvido em um município específico, é possível utilizá-lo em outros contextos.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/canguru.html>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade\*. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. Estado do Rio Grande do Sul. **Busca de escolas**. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/busca-de-escolas>. Acesso em: 10 de ago. 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2020.

TURRA NETO, Nécio. Espaço e lugar no debate sobre território. **Geograficidade**, Niterói, v. 1, n. 5, p. 52-59, 2015.